



Processo nº 16534/2022

Licença nº 028/2022

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA, PECUÁRIA E TURISMO DE PARAÚNA, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.053/2013 bem como, pela Lei Municipal nº 2.174/2017, que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Pecuária e Turismo, assim como pelos pressupostos legais existentes, precipuamente o constitucional, concede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)**, nos termos abaixo descritos:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

1. **Empreendedor/Razão Social:** RIO BRANCO ALIMENTOS S/A
2. **CPF/CNPJ:** 05.017.780/0029-05
3. **Endereço:** Rod. GO 320, S/N, QUADRA 89 LOTE 01, SETOR PONTE DE PEDRA
4. **Área total do terreno:** 9,68 ha
5. **Área total construída:** 4.384,54 m²
6. **Município:** Paraúna – GO
7. **Coordenadas Geográficas:** 16°57'39,89''S 50° 25'28,02''O
8. **CEP:** 75.980-000

Recebido
27/03/2023
Leonardo
Costa Braga

BACIA HIDROGRAFICA/MICROREGIÃO

1. **Bacia Hidrográfica:** Paranaíba
2. **Micro Região:** Vale do Rio dos Bois

ATIVIDADE:

AVICULTURA – INCUBATÓRIO DE OVOS

Exigências Técnicas – Observações:

1. Trata-se de Licença de Operação (LO). Com base nas informações contidas nos presentes autos, dentre elas os projetos apresentados pelo responsável técnico Engenheiro Ambiental Leonardo Costa Braga (Registro Profissional 150044-D/MG), concede-se a presente LICENÇA AMBIENTAL, não dispensando e nem substituindo quaisquer outros alvarás, autorizações e/ou certidões exigidas pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal, sendo assim:
2. Os equipamentos de controle da poluição deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar a eficiência dos mesmos a fim de garantir a qualidade ambiental;
3. As atividades desenvolvidas não poderão ser ampliadas e/ou alteradas, sem prévia comunicação com esta secretaria;
4. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, deverá ser comunicada imediatamente, em casos de acidentes que envolvam o Meio Ambiente;
5. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, reserva-se no direito de **REVOGAR OU SUSPENDER a presente Licença no caso de descumprimento das condicionantes aqui relacionadas ou de qualquer dispositivo contrário à Legislação Ambiental** vigente, assim como, da constatação da omissão ou falsa descrição de informações relevantes que fomentam a sua expedição, ou quando da superveniência de graves riscos ao Meio Ambiente e à Saúde Pública;
6. Fica a presente automaticamente **SUSPENSA, independente de qualquer ato administrativo por parte desta Secretaria, caso expire o prazo de validade das demais licenças emitidas por outros entes da Administração Pública**, seja municipal, estadual ou federal, que fazem parte da instrução do processo a que esta se vincula. Somente com a juntada nos autos de novo documento que será restaurada a validade da licença ora emitida;
7. Esta licença não produz efeitos jurídicos de cessão e/ou aquisição sobre direito de posse e direitos reais como: de propriedade (uso, gozo e disposição), de superfície, de usufruto, de servidão, de habitação, de uso, de penhor, de hipoteca, de anticrese e direito do promitente comprador de imóvel; bem como demais direitos inerentes à propriedade móvel ou imóvel sobre a área e bens delimitados e discriminados nesta licença; nem mesmo direito adquirido, produzindo somente efeitos jurídicos nos limites da Legislação Ambiental e de competência desta Secretaria dentro de seu poder de polícia preventivo e repressivo;
8. A presente licença não dá autonomia para qualquer tipo de desmatamento/supressão da vegetação nativa ou vegetação do entorno, de forma que desmatamentos devem ser objeto de licença específica de exploração florestal emitida pelo órgão de gestão ambiental competente;



9. O licenciado deverá providenciar a **PUBLICAÇÃO** do recebimento da presente licença de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 006/86, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** e apresentar a mesma a este órgão ambiental.

Exigências Técnicas Complementares:

1. A execução das atividades não poderá causar danos ao meio ambiente e a terceiros e, caso ocorra, acidentalmente ou não, o empreendedor deve comunicar imediatamente ao órgão ambiental competente e se responsabilizar tanto pela recuperação das áreas danificadas/atingidas, como por qualquer outra responsabilidade originada por sua má execução;
2. Na execução da atividade, observar o cumprimento de todas as recomendações e condicionantes estabelecidas em leis específicas do município: uso do solo, código de edificação e posturas;
3. A atividade deve ser assistida diretamente por profissional com habilitação específica e com anotação em seu conselho de classe;
4. A área objeto desta licença é destinada **SOMENTE AO EMPREENDIMENTO E A ATIVIDADE SUPRACITADOS**, ficando qualquer alteração sujeita a avaliação e licenciamento ambiental;
5. Fica sujeito ao licenciamento ambiental específico qualquer atividade que não seja objeto desta, como lava jato, tanques de armazenamento de combustíveis, oficina mecânica entre outras;
6. Manter dentro dos parâmetros legais as emissões atmosféricas e o nível de ruídos, mantendo os equipamentos utilizados na atividade em perfeito estado de funcionamento e com as devidas manutenções, de acordo com o disposto na Lei Estadual nº 20.694/19, regulamentada pelo Decreto nº 9.890/21e nº 9.710/20, com destaque para o **LIMITE DE PERCEPÇÃO DE ODOR**;
7. Manter procedimentos de controle de emissão de particulados nas vias acesso e durante execução das atividades de acordo com a sazonalidade climática local;
8. Manter estruturas de contenção de processos erosivos e conservação do solo em todas as áreas da atividade, de acordo com os procedimentos propostos nos projetos e planos utilizados para obtenções desta;
9. Manter estruturas de escoamento nos cursos de drenagem pluvial na área de atividade;
10. Os resíduos sólidos e semissólidos classe II deverão ser acondicionados e destinados adequadamente, realizando a segregação de materiais recicláveis e dispor para empresa especializada, conforme resolução CONAMA nº 275/01 e Lei Federal nº 12.305/10. Observar os cuidados especiais com os resíduos considerados perigosos, classe I, listados pela NBR 10.004/2004 e na Resolução CONAMA de n.º 313/2002, realizando a segregação e acondicionamento conforme a legislação e dispor para empresa especializada;
11. Atender todas as normativas ambientais vigentes relativas à conservação e a não degradação do meio ambiente e atender as ações propostas nos projetos, planos e estudos ambientais utilizados para subsidiar o processo de licenciamento;
12. Manter os ambientes limpos, livres de objetos passíveis de acumulação de água, a fim de prevenir possíveis criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do vírus da Dengue, doença endêmica no Estado de Goiás;
13. Qualquer irregularidade na operação da atividade poderá gerar impactos negativos de ordens ambientais, sociais e econômicas na região, ficando o responsável legal pelo empreendimento sujeito às penalidades da Lei Estadual nº 20.694/19, regulamentada pelo Decreto 9.710/19 e nº 9.821/21 art.4º, que dispõe sobre a Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado de Goiás e na Lei Federal de Crimes Ambientais 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6.514/08;
14. Para animais mortos em decorrência do processo de criação em regime de confinamento, descartar em instalações apropriado-composteira ou unidades similares, considerando que não cause agressão ambiental;
15. Apresentar a Declaração Anual de Resíduos Sólidos (DARS) contendo: classificação, origem, quantidade, destino e certificado emitido pela empresa responsável pela destinação/gerenciamento. Esse conjunto de informações deve ser apresentado no período compreendido de janeiro a março do ano subsequente;
16. Para o empreendimento utilizar como fonte de abastecimento de água com captação direta, o mesmo deverá obter a outorga de uso da água emitida pela SEMAD-GO (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL);
17. Na operação do projeto, cumprir todas as recomendações e condicionantes estabelecidas em Leis específicas do Município como: uso de solo, código de edificação, posturas e vigilância sanitária;
18. Esta Secretaria Municipal reserva-se no direito de fazer novas exigências caso considere necessário;



Paraúna PREFEITURA

Gestão 2021/2024

19. O requerimento de renovação desta licença deve ser realizado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte dias), relativo ao prazo de vencimento desta.

Esta Licença não autoriza a extração de qualquer tipo de minério no local, ficando a mesma de responsabilidade do órgão competente.

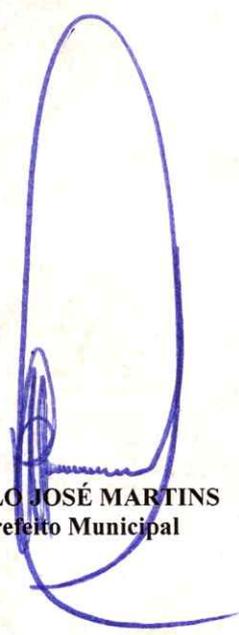
Técnico Analista do Processo: THIAGO BARBOSA VITORIA

VISTO ANALISTA:

Thiago Barbosa Vitoria
Chefe de Depto. de meio Ambiente
Decreto 143/2022

Validade da Licença: 05/12/2024

Paraúna, 06 de DEZEMBRO de 2022.



PAULO JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal



LOANNA ARANTES ATAÍDES BRAZ
Secretária de Meio Ambiente, Agricultura,
Pecuária e Turismo
Decreto 024/2021